



Confins

Revue franco-brésilienne de géographie / Revista
franco-brasileira de geografia

31 | 2017
Número 31

En Lixboa sobre lo mar (rio Tejo). A organização e a estruturação do espaço urbano das origens ao século XIV

En Lixboa sobre lo mar (*Tage*) *organisation et structure de l'espace urbain des origines au XIVe siècle*

En Lixboa sobre lo mar (*Tagus river*). *Organization and structuring of urban space from the beginning to the fourteenth century*

Carlos Guardado da Silva



Editora
Hervé Théry

Edição electrónica

URL: <http://confins.revues.org/12061>

ISSN: 1958-9212

Referência eletrónica

Carlos Guardado da Silva, « En Lixboa sobre lo mar (rio Tejo). A organização e a estruturação do espaço urbano das origens ao século XIV », *Confins* [Online], 31 | 2017, posto online no dia 19 Junho 2017, consultado o 20 Junho 2017. URL : <http://confins.revues.org/12061>

Este documento foi criado de forma automática no dia 20 Junho 2017.



Confins – Revue franco-brésilienne de géographie est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Partage dans les Mêmes Conditions 4.0 International.

En Lixboa sobre lo mar (rio Tejo). A organização e a estruturação do espaço urbano das origens ao século XIV

En Lixboa sobre lo mar (Tage) organisation et structure de l'espace urbain des origines au XIVE siècle

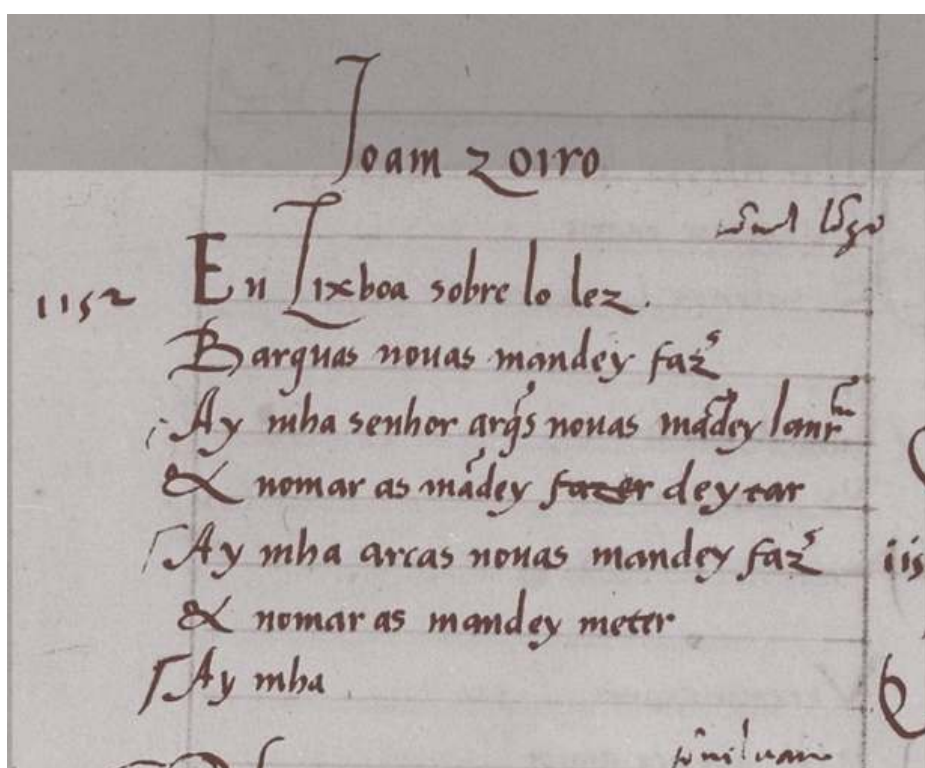
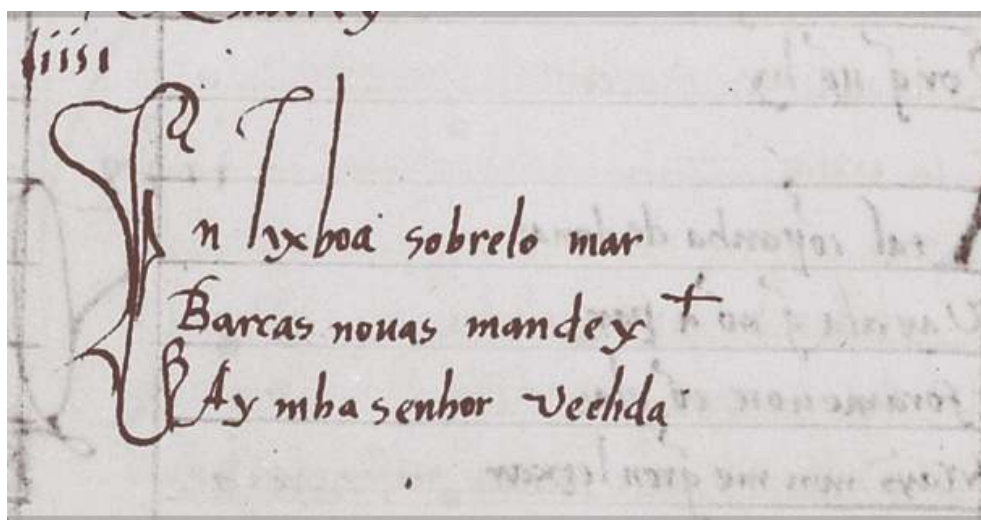
En Lixboa sobre lo mar (Tagus river). Organization and structuring of urban space from the beginning to the fourteenth century

Carlos Guardado da Silva

En Lixboa sobre lo mar
Barcas novas mandey [lavarar],
Ay mha Senhor veelida!
En Lixboa sobre lo lez
Barquas novas mandey fazer,
Ay mha Senhor [veelida] [b]arquas novas mandey
lavarar
Barcas novas mandei lavarar
E no mar as mandey fazer deytar,
Ay mha arcas novas mandey fazer
E no mar as mandei meter,
Ay mha [Senhor veelida!]
João Zorro, En Lixboa sobre lo mar.
In “Cancioneiro de Lisboa”: O rosto marítimo de
Lisboa.

Fonte: *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* - B 1151bis
[Biblioteca Nacional de Portugal]

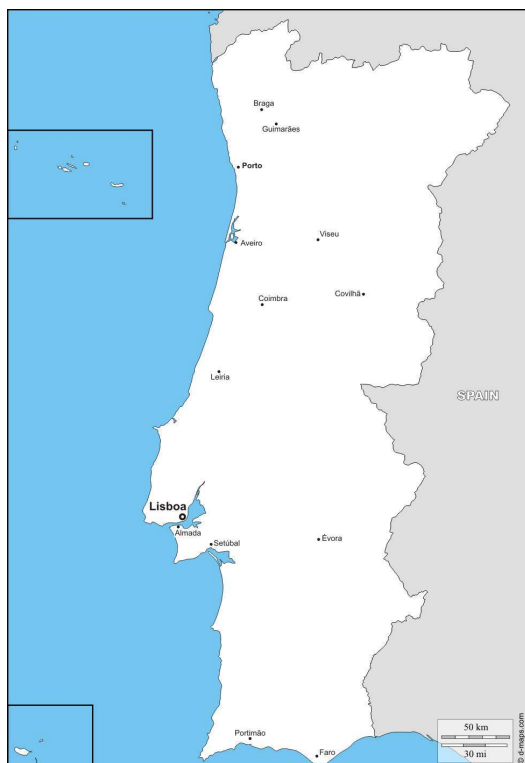
Figura 1 Em Lixboa sobre lo mar



- 1 *En Lixboa sobre lo mar* é o primeiro verso de uma cantiga de amigo, do 'Cancioneiro de Lisboa', de autoria de João Zorro, e talvez o melhor ponto de partida para o estudo da cidade, tendo presente o enfoque do V Seminário Itinerante Franco-Brasileiro 'Cidades e Rios na história do Brasil: rio Araguaia', uma vez que aqui o sítio da cidade e o rio se unem e se explicam desde os tempos primitivos. Cantiga celebrativa, provavelmente, de um facto verídico, como o lançamento de um novo barco ao mar, podendo, neste caso concreto, representar os feitos de Manuel Pessanha, o genovês contratado pela coroa portuguesa em 1317¹. Já desde então o rio Tejo, que abraça Lisboa antes de desaguar no 'mar Oceano', se designava por mar, designação que manteve até à atualidade atestada no microtopónimo 'mar da palha', cujo nome parece dever-se aos resíduos vegetais

arrastados pelas águas do rio e empurrados pelo vento, desde as lezírias de Riba Tejo até este mar interior.

2 Fig. 2 Localização de Lisboa no território português



3 Da fundação do sítio e do nome

4 A cidade de Lisboa tem uma matriz fundacional orientalizante, fenícia, atestada pela presença de materiais arqueológicos, que remonta ao séc. VIII a.C.. O próprio topónimo *Olisippo* (nome latino de Lisboa), de provável origem fenícia, permite relacionar o nome com o sítio primitivo de Lisboa, bem como com o rio Tejo, ainda que não se possa pensar em todo o estuário em frente de Lisboa, tomado como grande baía.

5 Fig. 3 *Olisipo* (Lisboa romana)



6 Fonte: Ilustração de César Figueiredo para o documentário *Fundeadouro romano de Olisippo*²

7 Referir-se-ia certamente ao esteiro pouco profundo que então entrava na cidade (visível na Fig. 3, do lado esquerdo). Pois a identificação de um som “fenício” *Oliş* (termo latino comprovado no equivalente hebraico *'alyş*) no primeiro componente do nome de *Olisippo* é perfeitamente plausível. É um adjetivo cujo significado se pode identificar com «alegre, ameno, agradável», corrente nas línguas semíticas do noroeste. O segundo elemento, *ippo*, que Bochart transcreve por *ubbo* e que nos caracteres hebraicos que usa para grafar o termo fenício conteria a palavra **אבב**, com a transcrição ‘b’ (*ayin, bet, alef*), revela-se expressão interessante, mas menos acessível. Ela apontaria para um lugar relacionado com pequenos barcos e com a sua governação, assim como com águas de vau (pouco profundas). Referência que se identifica mais com o sítio de Lisboa, o próprio esteiro, e não tanto com uma grande baía ou todo o estuário do Tejo³.

8 De Olisipo a Lušbūna

9 Entre 19 e 13 a.C., Olisipo recebeu do imperador romano Augusto o estatuto de *municipium civium Romanorum* (Município de cidadãos Romanos), tendo-se tornado, a partir de então, a cidade mais importante da Lusitânia, uma das três províncias romanas da Península Ibérica. Por isso Olisipo é largamente referida nos itinerários de autores clássicos, com destaque para Estrabão e Plínio, ‘o Velho’, ponto de partida e chegada de importantes vias romanas, documentadas nas fontes latinas e árabes, que ligavam capitais de *conventi* e de províncias. O rio Tejo era a grande “estrada”, que cruzava a Península de ocidente para o interior da Ibéria, via de comunicação de homens, mercadorias e ideias de e para as cidades, algumas das quais ajudou a construir, assim como o seu imaginário.

Fig. 4 As províncias romanas da Península Ibérica sob o governo de Augusto



10 Apesar de nunca ter estado na Península Ibérica, Estrabão deixou-nos uma sugestiva descrição do Tejo, de onde se destaca o papel preponderante das cidades de *Móron*⁴ (Chões de Alpompe - Vale Figueira, junto a *Scallabis* = Santarém) e *Olisipo*, que, em conjunto,

dominavam o curso fluvial assim como a bacia do Tejo, estendendo a sua influência a toda a Lusitânia.

- 11 O geógrafo de Amásia descreve, no livro III da sua *Geografia*, o rio Tejo, integrando-o na província da Lusitânia:
- 12 «O Tejo, na foz, tem cerca de vinte estádios de largura e tão grande é a sua profundidade que por ele navegam barcos de dez mil ânforas (i.é de grande calado). Nas planícies que ficam a montante, forma, na maré cheia, dois estuários que inundam uma superfície de cento e cinquenta estádios⁵ e tornam a planície navegável. No estuário, que fica mais a montante, circunda uma ilha com uns trinta estádios de comprimento e pouco menos de largura, coberta de vegetação e de vinhas. A ilha fica defronte da cidade de *Móron*⁶ a qual está situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar. À sua volta estende-se um território fértil. A subida do rio até lá pode fazer-se durante muito tempo, em navios grandes e o resto do percurso em embarcações fluviais. Para montante de *Móron*, o curso navegável é ainda maior. Servindo-se desta cidade como base de operações, Bruto, cognominado o Galaico, atacou os Lusitanos e submeteu-os. Fortificou Lisboa [*Hólosis*, *Olisipón*] para dominar o curso do rio e, deste modo, manter livre a navegação fluvial e o transporte de abastecimentos, a tal ponto estas eram as cidades mais importantes das margens do Tejo⁷». (GUERRA ; BIOL e QUARESMA: 2000, p. 31)
- 13 Ainda que seja hoje unanimemente aceite a identificação de *Móron* com o *oppidum* de Vale de Figueira (junto a Santarém), referido por Estrabão a partir das fontes de Políbio, tal não aconteceu no passado. Outras hipóteses foram colocadas, desde Almeirim, defendida por David Lopes, a Abrantes e Constância, quando não no planalto de Santarém, localização defendida, por Mendes Correia, situando *Scallabis* na zona baixa.
- 14 *Scallabis* era um nó viário, posição estratégica que lhe permitia controlar o atravessamento do rio e que justificou a sua escolha como plataforma das movimentações romanas no ocidente peninsular. Assim se entende que junto da cidade se tenham estabelecido os contingentes que serviram as operações militares do início da penetração dos exércitos de Roma. Situação que justificaria também a rápida promoção à categoria de *colonia*, sede de uma das três circunscrições judiciais (*conventi*) que se constituíram, provavelmente ainda no principado de Augusto, na província da Lusitânia⁸. *Scallabis* tinha origem num acampamento militar, com uma população maioritariamente romana, encontrando-se na dependência direta de Roma. Assim se entende que não tenha sido escolhida para capital de *conventūs* a *civitas* de *Olisipo*, apesar da importância que deteria já na altura.
- 15 *Olisipo* tornou-se, dada a sua localização vantajosa no amplo estuário junto da foz do rio, *in remotis mundi finibus*⁹, com fácil acesso ao ‘mar oceano’¹⁰, numa verdadeira capital de província criada por Augusto, ampliando, cada vez mais, a sua importância como porto, ‘placa giratória dos produtos de um vasto *hinterland*’ (GUERRA ; BIOL e QUARESMA: 2000, p. 31). Importância económica a juntar à política, testemunhada pelo estatuto de *municipium civium Romanorum* (*município de cidadãos romanos*), o único assim identificado por Plínio, ‘o Velho’, na Lusitânia, que conferia a *Olisipo* uma larga autonomia.
- 16 Deste modo, parece clara a descrição excecional que Estrabão faz do rio Tejo. Na verdade, não se trata de um curso de água qualquer, mas de um rio onde navegavam barcos de enorme calado, segundo as suas palavras, *de dez mil ânforas*. Importância comercial que associava à estratégica, condição determinante para o abastecimento do exército romano fixado na cidade de *Móron*. Aspeto a ter em conta, quando o transporte a longa distância

era mais rápido e seguro por mar e rio. Qual a forma ou o tipo de embarcações? Seria, muito provavelmente, de ‘naves onerarias’ da classe ‘corbita’, cuja representação encontramos em moedas de *Ossonoba*, que permitia a navegação no Atlântico (GOMES: 1998, OSS 15.01 2A AE 23.1g.).

- 17 Representação de uma “nave oneraria” da classe “corbita”

Fig. 5 Moeda de *Ossonoba*



- 18 A importância económica, estratégica e política do Tejo, bem como da cidade de *Olisipo* são corroboradas por Plínio, ‘o Velho’. Provavelmente, Plínio nunca esteve na Lusitânia, socorrendo-se das informações recolhidas e compiladas por amigos e outros autores, dentre os quais [Lúcio¹¹] Cornélio Boco, cuja procedência lusitana é hoje um facto aceite, provavelmente natural da *Salacia*, partindo do estabelecido para um dos membros desta família numa inscrição de Lisboa (FE 275) (CARDOSO ; GUERRA e FABIÃO: 2011, p. 171). Plínio usa o termo *oppidum* para *Olisipo*, enquanto sede de *civitas*, independentemente do seu estatuto, frequentemente de privilégio, bem patente no excerto¹² seguinte, cuja categoria municipal é confirmada pelo próprio¹³:
- 19 «A província [da Lusitânia] no seu conjunto divide-se em três *conventi*: o Emeritense, o Pacense (colónia instituída por César ou Augusto) e o Escalabitano; tem no total quarenta e cinco povos, dos quais cinco são colónias, um é município de cidadãos romanos». (...) A quinta [colónia] é *Scallabis* que se designa *Praesidium Iulium*. O município de cidadãos romanos é *Olisipo*, cognominado *Felicitas Iulia*.» [PLIN. 4, 117]
- 20 O tratamento excepcional, quer de Plínio, quer de Estrabão, resulta do reconhecimento da importância de *Olisipo* como o *oppidum* mais importante do ocidente peninsular, devido ao seu poder económico, tornado o principal entreposto comercial do Atlântico. Poder económico suficiente para atrair a *Olisipo* um grande número de famílias romanas ou romanizadas, o que parece sugerir o conjunto de testemunhos epigráficos, fazendo da *civitas* uma segunda capital da Lusitânia, segundo Hübner (1871).
- 21 Do seu imaginário destacam-se *mirabilia*¹⁴ associadas ao Tejo, tais como a exploração de ouro nas areias do rio, a fecundação das águas pela brisa dos ventos, assim como a fundação de *Olisipo* pelo herói grego Ulisses.
- 22 O Tejo era, para Plínio, como para diversos autores latinos, o rio no qual corria ouro, como testemunham as mais de quarenta menções às suas areias auríferas na literatura latina (GUERRA: 1995, p. 130). Referência tópica aurífer *Tagus* (Tejo aurífero), que

remonta a Catulo (84-54 a.C.)¹⁵, autor da menção mais antiga ao ouro do Tejo (NETO: 1996, p. 86), através da iunctura (combinação) repetida em Ovídio, Marcial, Silo Itálico, Estácio, Cláudio Claudiano, Solino e Isidoro de Sevilha. Referência ao ouro que encontramos também em outros autores como Prudêncio (aurifluus), Appendix Vergiliana, Lucano, Juvenal, Séneca, Pompónio Mela, Cláudio Rutílio Namaciano, Sérvio, Jordano, Marciano Capela e Boécio (FERNÁNDEZ NIETO: 1970/71, p. 245-249). Tópico que os autores árabes como Ibn Ghālib, al-Zuhrī, al-Idrīsī, al-Rāzi, o poeta Ibn Said al-Maghribi e o cruzado inglês R[aol] de Glanville reproduzirão¹⁶.

- 23 A fecundação das éguas pelo vento favónio¹⁷ remontará a Varrão (*rust.* 2,1,19), uma das principais fontes da *Historia Natural* de Plínio. Tópico que será repetido por Virgílio (*Georg.* 3, 272-277), Columela (6,27), Silo Itálico (3,378-383) e Justino (44,3,1), marcando presença em autores árabes e em autores renascentistas como André de Resende. Fenómeno perceptível nesta obra onde abundam *mirabilia* (maravilhas), cujo fundamento parece entroncar num mito lusitano de matriz indo-europeia. Deste modo, mais do que perante uma narrativa, esta passagem conteria uma ‘teoria mitológica e filosófico-científica’, segundo J. Bermejo Barrera (1982, p. 99-100), que refletia aspetos da estrutura social da lusitana. Maravilhoso, aqui, a par de outras referências de que são exemplos um Tritão que tocava búzio numa gruta, episódio anunciado ao imperador Tibério por uma embaixada de olisiponenses, bem como as nereidas (Νηρείδες ou Νηρηίδες, em grego antigo), verdadeiras ninfas do mar¹⁸ que lembram certamente as Tágides de *Os Lusíadas*. Gosto pelo inverosímil que remonta à Grécia antiga, atestado por exemplo em Teofrasto, Antógono, Plutarco e Trogo¹⁹.
- 24 Uma última referência à fundação de Lisboa por Ulisses, um tópico mais das maravilhas e prodígios que constituirão uma verdadeira gramática não apenas da literatura clássica, mas também da literatura medieval, tópicos que marcarão presença em muitos autores até, pelo menos, ao século XVII.
- 25 A ideia de que Lisboa fora fundada por Ulisses, ‘maravilha’ largamente difundida desde a antiguidade, é um tópico atestado pela primeira vez em Solino e Marciano Capela (SOL 23,5 e MART. CAP. 6, 629) (FERNANDES: 1985, p. 139-161), ressurgindo em autores modernos portugueses, tais como André de Resende, Damião de Góis, Luís Vaz de Camões e Diogo Mendes de Vasconcelos. Observação devida naturalmente à semelhança do nome das duas cidades do ocidente peninsular, *Odisseia*²⁰ e *Olysiþón*, topónimos registados por Estrabão (NASCIMENTO: 2003, p. 34).
- 26 Tópicos igualmente referidos pelos autores árabes, de que destacamos al-Idrīsī, que começa por descrever a distância, de duas jornadas, entre Alcácer e Lisboa, seguindo o seu itinerário, situando a cidade junto do Tejo, onde a maré se faz sentir violentamente. Descreve as suas virtudes, considerando-a uma cidade bela, continuando com uma referência acerca do urbanismo e defesa, nomeadamente a muralha e a alcáçova inexpugnável, aspeto relevante quando os edifícios do poder marcavam simbolicamente a cidade, fazendo-a. Depois destaca no centro da cidade a existência de nascentes de água quente [*al-ḥammā* quer no verão quer no inverno, fenómeno que explica *الحممة*] = certamente a existência do microtopónimo ‘Alfama’, a que alude igualmente o cruzado R [aol], autor do relato de *A conquista de Lisboa aos mouros*, com a expressão *balnea cálida* (NASCIMENTO: 2001, p. 76)²¹. E refere igualmente a existência de pepitas de ouro puro tiradas do Tejo.

- 27 Como geógrafo, descreve também as vias de comunicação, por terra e pelo rio, entre Lisboa e Santarém, indicando, porém, a distância de 80 milhas, exagerada quando comparada com as 42 milhas referidas por al-Rāzī [888-955], autor que nos dá, neste aspeto, uma informação mais próxima da realidade. Assim, al-Idrīsī situa a cidade de Lisboa no final de um itinerário, também militar, como Lisboa seria o ponto final do itinerário da Segunda Cruzada direcionada para Lisboa descrito por R[ao]l de Glanville.
- 28 Por último, al-Idrīsī conta-nos o relato dos famosos aventureiros, que partiram de Lisboa em direcção ao ‘Mar Tenebroso’ [*alā naḥr al-Baḥar al-Muḏlim*], testemunho da navegação atlântica em mar alto, relato que al-Ḥimyarī reproduzirá, mais tarde, quase na íntegra. Trata-se do testemunho de uma habitual e dinâmica atividade marítima, e certamente da existência de um porto em Lisboa, apesar de este não ser referido pelo autor árabe²², assim como de Ibn Abī ‘Āmir al-Manṣūr ter preterido a cidade em favor de Alcácer [do Sal] para a instalação de um arsenal atlântico, na ocasião da sua expedição contra Santiago de Compostela, embora o posicionamento de Lisboa lhe permitisse assumir esse papel de modo vantajoso.
- 29 Em suma, das fontes antigas, quer de autores latinos, quer de autores árabes, fica-nos para *Olisipo* (e mais tarde *Lušbūna*), uma cidade cuja importância se deve à sua localização estratégica, junto do mar (que aqui é também o rio), onde já se faziam embarcações para navegação no mar alto, à existência de um porto em Lisboa, ainda que as fontes o não refiram, à presença de uma atividade marítima contínua e dinâmica, destacando-se a navegação e as atividades ligadas ao mar, a base do desenvolvimento da urbe que ajuda a explicar o crescimento demográfico da região. A partir do século IX, verifica-se um renascimento económico de longa duração, tendo *Lušbūna* beneficiado do forte impulso da navegação árabe. Por fim, destaca-se ainda, particularmente nos autores árabes aspetos urbanísticos, designadamente os edifícios do poder, os efetivos ‘fautores’ da cidade.
- 30 **A matriz urbana romana**

Fig. 6 *Olisipo* (Lisboa romana)



Fonte: Ilustração de César Figueiredo para o documentário *Fundeadoiro romano de Olisipo*

- 31 A civitas romana, assim como a Lisboa islâmica (Lušbūna), tomada por volta de 714, era uma cidade cercada, com as suas muralhas erguidas no Baixo Império, em inícios do século IV. Em 953, com a conquista e saque da cidade por Ordoño III, rei de Leão, referidos no Chronicon de Sampiro, a muralhas terão sido destruídas e, na sequência deste acontecimento, que procurava reconquistar a cidade, teriam sido reedificadas as muralhas da cerca velha, desconhecendo-se, porém, a data precisa, mas certamente entre finais do século X e inícios do séc. XI.
- 32 As dificuldades para a reconstituição da cidade no período romano, assim como para a Idade Média, são enormes, uma vez que para além da ocupação do espaço ser intensa e do seu gigantesco assoreamento, sobretudo na Baixa, somam-se os efeitos do terramoto de 1 de novembro de 1755, que destruiu a cidade.
- 33 *Olisipo*, e mais tarde *Lušbūna*, era uma urbe mediterrânica com a sua acrópole/alcáçova e a *madina(t)* (cidade), cuja planta romana tivera de ser adaptada à topografia (colina = *tell*). Do conjunto, como refere al-Himyari, destacam-se as colinas, o Tejo e as ribeiras que desaguavam no ‘velho esteiro’, já completamente assoreado no século XIV, momento em que os documentos fazem referência ao Canal da Flandres, de onde partiam e chegavam as embarcações para e do norte da Europa, sobretudo nos séculos anteriores, por onde avançava então o casario da cidade.
- 34 A primitiva fortificação da cidade, no cimo da colina, deve-se a Décimo Júnio Bruto (138 ou 137 a.C.), com o objetivo de obter mantimentos para o exército estabelecido em *Móron*, a partir da qual combateria os Lusitanos (Str. 3,3,1). Iniciava-se então a romanização do *oppidum* indígena.

Fig. 7 *Olisipo* (Lisboa romana)

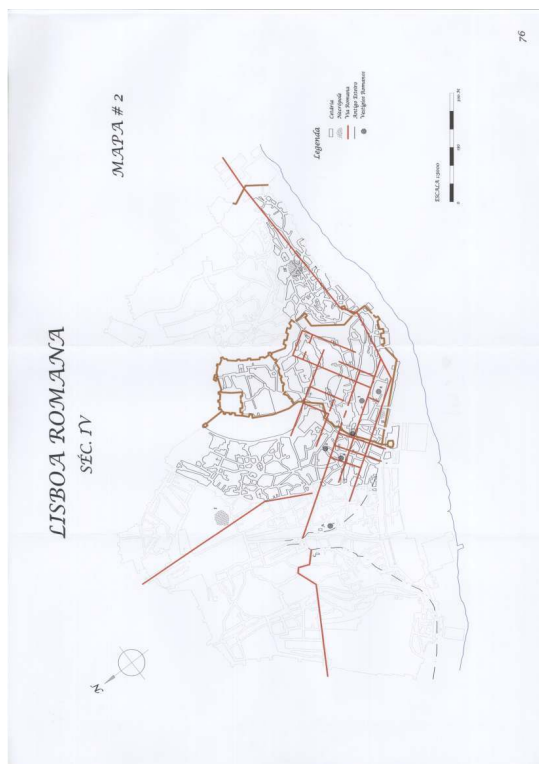


Fonte: Ilustração de César Figueiredo para o documentário *Fundeadouro romano de Olisipo*

- 35 Como é perceptível ilustrar na Figura 7, assim como na planta seguinte, que procura reconstituir a malha urbana, *Olisipo* era uma *civitas* hipodâmica (ortogonal), sendo visíveis vestígios desse traçado retilíneo com quarteirões idênticos (*insulae*). Como possível localização da *cardo* urbana (a *cardo* máxima) olisiponense, apresenta-se a rua das Pedras Negras, onde se localizam os restos soterrados das Termas dos Cássios. Quanto aos

decumani, um corria a cidade entre o criptopórtico da rua da Prata e a Ribeira Velha, correspondendo, em parte, ao traçado da rua dos Bacalhoeiros, segundo Vasco Gil Mantas.

Fig. 8 Planta de *Olisipo*



- 36 A cidade apresentava-se como um anfiteatro, entre a colina da alcáçova e riba mar, prolongando-se a oriente para o terreiro do Trigo e a ocidente para o sítio da atual baixa pombalina, até ao esteiro (SILVA: 1987, p. 8-16). A porta ocidental da ‘cerca moura’ de Lisboa, descrita por al-Ĥimyarī, mais tarde denominada Porta do Ferro, tem sido identificada por alguns investigadores com um arco honorífico romano, ou mesmo como a porta do fórum (MANTAS: 1993, p. 578). Todavia, se a «cerca moura» corresponde ao traçado de uma muralha romana, construída provavelmente nos inícios do século IV, consequência da crise na parte ocidental do Império, de finais do século III, toda a zona ocidental da cidade de *Olisipo*, incluindo a área do edifício termal reconstruído por iniciativa do governador *Numerius Albanus*, em 336²³, ficaria no exterior das muralhas.
- 37 Os edifícios públicos contribuíam para a definição do espaço, bem como da cidade. *Olisipo* tinha um circo, a norte do esteiro, representado nas figuras 3 e 6. E tinha, também, o seu teatro (ALARCÃO: 1982, p. 287-302 ; RODRIGUES: 1987), conhecendo-se bem a sua localização, entre a atual rua de São Mamede ao Caldas e a rua da Saudade, hoje um núcleo do Museu de Lisboa – Teatro Romano, aberto ao público em 30 de setembro de 2015, sob a coordenação de Lídia Fernandes²⁴. Descoberto em 1798, ou talvez no Verão do ano anterior (RODRIGUES: 1987, p. 5-6), os trabalhos foram acompanhados pelo arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri. Todavia, o Teatro haveria de ser coberto por uma casa e respetivo jardim, tendo-se retomado os trabalhos de escavação, em 1965, com Fernando de Almeida, continuados por Irisalva Moita, e interrompidos em 1967.
- 38 O estudo do teatro recomeçou em 1985, com um levantamento efetuado por Theodor Hauschild, do Instituto Alemão de Lisboa, em colaboração com o Museu da Cidade.

Conhecia-se finalmente a data da sua construção, no tempo de Augusto, com modificações no reinado de Nero, designadamente o revestimento de mármore, e, em 57, quando o augustal Caio Heio Primo ofereceu o *proscenium* e a *orchestra* do edifício²⁵. Em 1987, retomaram-se os trabalhos de escavação com A. Vasco Rodrigues, seguido, a partir de 1989, por A. M. Dias Diogo.

Fig. 9 O teatro romano de *Olisipo*



Fonte: Ilustração de César Figueiredo para o documentário *Fundeadoiro romano de Olisipo*

- 39 A *cavea* (degraus em que os espectadores se sentavam) do teatro assentou parcialmente na encosta trabalhada para o efeito, mas deve ter exigido, em parte, a construção de uma infraestrutura. O edifício, menor que o de Mérida, com 60 m de diâmetro aproximadamente, foi construído recorrendo-se ao calcário da região, o chamado urgeiro, enquanto o mármore para o *proscenium* e o revestimento da *orchestra*, construídos em 57 d.C., terão vindo de Sintra ou Pêro Pinheiro. Em alguns fragmentos escultóricos, de baixo-relevo, utilizou-se um mármore mais fino, idêntico ao de Carrara. Contemporâneo do teatro de *Emerita Augusta*, o teatro de *Olisipo* apresenta, porém, elementos mais arcaizantes.
- 40 No esteiro, situava-se um porto interior, junto do qual se levanta a hipótese de ter existindo um fórum tiberiano, segundo Cardim Ribeiro (MANTAS: 1993, p. 577), a exemplo de zonas industriais e portuárias de outras cidades marítimas do Império Romano (FABIÃO: 1994). O que encontramos, hoje, no local é apenas um criptopórtico com uma rede ortogonal de galerias e celas abobadadas, que indicia a existência de um complexo monumental integrando um templo e um balneário, objeto de reconstrução em 336 d. C., por iniciativa do governador *Numerius Albanus*²⁶, «junto ao porto interior, como faz supor uma inscrição encontrada no local consagrada a Esculápio por dois augustais: *M. Afranius Euporio e L. Fabius Daphnus*»²⁷. Esta consagração induz a presença de umas termas, ou pelo menos de um balneário, como propôs Vasco Gil Mantas, dado o facto de Esculápio ser uma divindade protetora da saúde e da medicina, a juntar à existência, no interior do monumento, de águas nascentes que, segundo Augusto Vieira da Silva, brotam dum espigão rochoso formado pelo prolongamento da escarpa da Madalena, conhecidas por Águas Santas, afamadas pelas suas virtudes curativas, e que dariam reputação à ermida de Nossa Senhora da Oliveira, ali existente, até ao Terramoto de 1755. Para além de se

integrarem nas medidas de higiene, o banho coletivo na cidade romana servia de entretenimento, pelo que eram espaços de ócio.

Fig. 10 Porto interior (no esteiro) de *Olisipo*



Fonte: Ilustração de César Figueiredo para o documentário *Fundeadoiro romano de Olisipo*

- 41 Acrescente-se, entre outras, as termas dos Cássios, descobertas em 1771, no lugar do antigo palácio do Correio-Mor (rua das Pedras Negras), conhecido mais tarde por Palácio Penafiel, bem como uns banhos de carácter local ou exclusivamente de apoio à fábrica situada na área da Casa dos Bicos, construídos em finais do século III.
- 42 Tínhamos provavelmente um templo dedicado a Cibele na zona da Madalena, podendo-se duvidar, no entanto, da existência de um santuário de Thétis em São Nicolau, assente numa inscrição de autenticidade duvidosa.
- 43 *Olisipo* teve também o seu aqueduto, que alimentava a cidade desde a Fonte de Água Livre, onde, apesar dos reduzidos vestígios que chegaram até nós, se podem ver os restos do paredão que represava as águas. O seu percurso deveria ser quase todo subterrâneo, até às Portas de Santo André, onde se ramificava para alimentar fontes e balneários. Francisco de Holanda, deixou-nos, no século XVI, a primeira notícia que temos dele, sendo as suas ruínas ainda conhecidas no século XVIII, aquando da construção do aqueduto joanino²⁸.
- 44 Em suma, *Olisipo* era uma *civitas* intensamente povoada (MOITA: 1994, p. 51), ocupando uma extensa área, no início do século IV, entre os atuais sítios do castelo e a rua dos Bacalhoeiros, e desde a rua Augusta até ao Chafariz d'El Rei, correspondendo a uma área de 700x500m. Comparativamente, a sua dimensão correspondia a um terço de *Ostia* ou a metade de *Augusta Treverorum*, tendo em conta apenas a área construída.
- 45 **A cidade medieval**
- 46 Em 1147, o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, coadjuvado por uma frota de Cruzados que integravam a Segunda Cruzada, reconquistou Lisboa, após um longo cerco imposto à cidade, organizando-se e estruturando-se o espaço urbano. Conquistada Lisboa, a mesquita maior foi objeto de purificação, sendo empossado o inglês Gilberto de Hastings, como bispo da cidade, que passou a ter sob o seu domínio, para além do território urbano, todos os seus termos que iam do castelo de Alcácer ao de Leiria, e do

mar ocidental até à cidade de Évora (NASCIMENTO: 2001, p. 143), tornando Lisboa independente da diocese de Mérida. Todavia, D. Gilberto teria sido nomeado no cargo somente a partir de abril de 1148, porque no princípio desse ano, quando o arcebispo de Braga se reuniu com os seus sufragâneos “portugueses”, ainda não figurava entre eles o bispo de Lisboa, fazendo-se referência apenas a Eldebreo, enquanto arcediogo da cidade, situação que parece explicar a inexistência de um bispo nesta localidade. Também em abril de 1148, aquando da doação de um eremitério com uma capela, que edificara em Lisboa e servira de cemitério aos cruzados ingleses, por um presbítero de nome Raul ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a autorização foi dada pelo arcebispo de Braga, não pelo bispo de Lisboa²⁹. A primeira referência a D. Gilberto à frente da Sé de Lisboa aparece somente mais tarde num documento, datado de 8 de dezembro de 1149.

47 Fig. 11 A sé (catedral) de Lisboa



- 48 Segundo a tradição, a sagração na nova catedral de Lisboa pelo também novo bispo de Lisboa, decorreu a 1 de novembro. As obras iniciaram-se pouco depois, sendo provável que no espaço imediatamente a poente da mesquita fosse erigida a catedral de Lisboa, solução que permitia o ofício do culto cristão no espaço da antiga mesquita enquanto decorriam as obras de edificação do novo templo. O facto do claustro se situar na cabeceira do templo parece denunciar que a sua construção, no tempo de D. Dinis, foi condicionada por uma pré-existência marcante neste espaço, que viria a determinar a sua própria construção. Desde a entronização do bispo inglês Gilbert de Hastings, em 1 de novembro de 1147, segundo R[aul], mas nunca antes de 1148, foi erguida a igreja no espaço da mesquita maior, até terminarem os trabalhos da nova catedral, edificada mais a norte.
- 49 A planta primitiva do templo tem sido atribuída a Frei Roberto, um cruzado normando que chegou a Lisboa integrado na segunda Cruzada, que auxiliou o nosso primeiro monarca na conquista cristã de Lisboa (BIRG: 1994, p. 850/1). A ele se refere o Livro Preto

da Sé de Coimbra, como um arquiteto célebre em torno do ano de 1168 (CASTILHO: 1936, vol. V, p. 193). Símbolo do poder, a mesquita simbolizava a presença do Islão e, simultaneamente, do poder do soberano, dado o Califa ser, segundo o Sunismo, um descendente direto de Maomé. Assim se explica, certamente, o desejo dos soberanos cristãos em reconstruir a catedral de Lisboa sobre a mesquita, procurando, num gesto simbólico, a substituição e a anulação do mesmo gesto aquando da instalação dos muçulmanos na Lisboa visigótica.

Fig. 12 Planta da cidade de Lisboa (Séc. XII)

- 50 Para além da ‘cerca velha’ e das respetivas portas, assim como do rio Tejo e do seu porto de ‘mar’, foram elementos estruturantes na organização do espaço o castelo e a alcáçova, a rede de vinte e três paróquias, já constituídas em 1191, assim como outras igrejas e mosteiros.

Fig. 13 A alcáçova



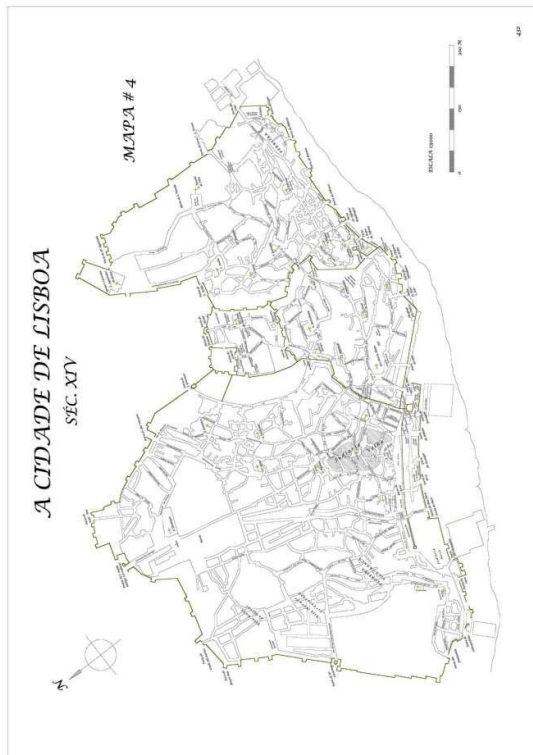
- 51 Na ‘Baixa’, o pequeno braço do rio Tejo que entrava na cidade, no período romano, esteiro atravessado por uma ponte, a ponte da Galonha, que marcara a paisagem da Lisboa na alta e plena Idade Média, manteve-se ativo até ao século XIII com a designação de Canal da Flandres, altura em que aqui chegavam e daqui partiam barcos em direção ao Norte da Europa. Depois, com o seu assoreamento, transformou-se em espaço de construção.
- 52 Em meados de duzentos, a cidade tornou-se a ‘capital’ do reino, pelas mãos de D. Afonso III. Doravante desenvolver-se-ia artesanal e comercialmente, crescendo no espaço, atingindo o seu pico no reinado de D. Dinis (1279-1325).
- 53 Em finais do século XIII, a cidade avançou sobre o rio. Na verdade, se Lisboa deve grande parte da sua riqueza ao rio, crescimento artesanal e comercial que atingiu o seu auge no reinado dionisino, também do rio/mar vinha o perigo. Para fazer face ao perhygoo a que as populações de Lisboa se encontravam continuamente expostas, nomeadamente devido

à pirataria, e a fim de tornar a vila mais defesa e mais onrrada e mais fortelegada, o monarca e o Concelho de Lisboa decidiram construir uma muralha na baixa, paralela ao Tejo, de que é possível hoje visitar um trecho no sítio da “nova” igreja de São Julião, hoje Museu do Banco de Portugal³⁰.

- 54 A sua construção era pensada já, pelo menos, 1261³¹, com o objetivo de reforçar a segurança da cidade, metade por conta do soberano e a outra metade por conta do concelho. Ao monarca caberia a sua construção desde as casas dos pesos do concelho até à Rua Nova³², e ao concelho desde o canto da torre da Escrevaninha... até às casas dos pesos (CASTILHO: 1936, vol. VI, p. 251-252). O concelho deveria, ainda, alargar em duas braças o trecho entre a Casa dos Pesos e o canto das Ferrarias do rei, onde fundaria o muro³³.
- 55 Paralela à muralha encontrava-se a rua Nova, que ficaria no interior da cidade com a edificação da nova estrutura defensiva. A abertura da rua Nova parece ser uma fundação de D. Dinis, uma vez que não existem referências documentais à mesma, anteriores a 1294. Todavia, os termos do acordo entre o monarca e o Concelho sugerem ser aquela anterior. A muralha já se encontrava em construção em 12 de abril de 1295, o que se depreende da doação pelo Concelho de Lisboa a D. Dinis, de um terreno, onde estavam os ferreiros, para que construa mais casas na Rua Nova³⁴. Ao muro del Rei na rua Nova³⁵, ao muro das minhas casas na rua Nova, além da porta da [H]Erva³⁶, ao muro que esta da parte da Ribeira³⁷, ao muro das casas da rua Nova³⁸ ou simplesmente ao muro³⁹ referem-se vários documentos. Deste modo, a muralha dionisina teria sido construída, muito provavelmente, entre 1294 e 1295 e, talvez, nos anos imediatamente a seguir.
- 56 O acordo entre D. Dinis e o Concelho de Lisboa para a construção da muralha especifica os limites da referida estrutura defensiva, partindo de oriente, na minha torre da Escrevanya, no extremo sul da rua das Astes e sudoeste da cerca velha. Do lado ocidental, a muralha alcançava as Taracenas, propriedade régia onde o rei guardava as suas galés, em número de 12 em 1299, defendidas, do lado do rio, por duas torres⁴⁰.
- 57 Foi também no reinado de D. Dinis, que Lisboa se afirmara como porto intermediário internacional, entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa, com o desenvolvimento da marinha de guerra, no contexto da defesa do reino, e do próprio comércio internacional. Já existia certamente uma força naval. Todavia, em 1307, D. Dinis criou uma estrutura de comando, nomeando almirante Nuno Fernandes Cogominho, que permaneceria no cargo até 1316. No ano seguinte, teve lugar o salto qualitativo para uma efetiva política de defesa do reino com a nomeação do seu sucessor, o almirante-mor do reino o genovês Micer Manuel Pessanha, que recebera com o cargo uma tença anual de 3 000 libras, assim como a doação hereditária do lugar da Pedreira, em Lisboa, aos quais direitos se somariam posteriormente outros privilégios (PIZARRO: 2005, p. 188). Pessanha teria um papel fundamental na organização da nossa frota naval, especialmente vocacionada para defender a costa dos ataques da pirataria muçulmana (IDEM: 2005, p. 174), relegando para segundo plano o ofício de alcaide do mar. Com Manuel Pessanha vieram vinte cidadãos da «comuna» de Génova, que constituiriam, a partir de 1317, um núcleo de genoveses mercenários com certa importância na cidade de Lisboa, que atrairiam outros ligados ao comércio, estabelecendo-se em Portugal (SILVA: 2008, p. 286 ; MARQUES: 1944, p. 28-30) uma “colónia” genovesa de alguma importância já no reinado de D. Afonso IV. O desenvolvimento da marinha, exigiria o incremento da construção naval e, naturalmente, a edificação de novas tercenas na Ribeira, no território da paróquia de São Julião, no reinado de D. Dinis⁴¹.

- 58 Mais tarde, entre 1373 e 1375, levantar-se-ia, em frente e paralela à muralha mandada fazer por D. Dinis, um tramo da cerca nova ou Fernandina (SILVA: 1987, p. 33), ganhando a cidade uma faixa de terreno ao rio, neste local, tal como acontecera com a construção da muralha dionisina. Alargamento do espaço que exigiria a construção de uma cerca nova, no reinado de D. Fernando. A nova muralha elevava a superfície da cidade islâmica de meados do século XII de cerca de 30 hectares para cerca de 104 hectares, isto é, 3,5 vezes superior. Um espaço 'novo' já então densamente povoado, que se encontraria agora delimitado pela cerca fernandina, que definiria, de certo modo, o espaço da cidade medieval de Lisboa até ao final da primeira dinastia (1383).
- 59 Nas praças da cidade manifestavam-se os três principais poderes, representando as três funções indo-europeias de Georges Dumézil. Em primeiro lugar, a função religiosa, porque o peso monumental e topográfico da Igreja impunha-se na cidade através da ocupação do solo pelas igrejas, capelas, mosteiros e conventos. Sendo centros litúrgicos de grande atração e devoção, espaços de peregrinação e cerimónia, relicários, pontos de partida e de chegada das procissões, a vida urbana gravita em seu torno. Em segundo lugar, a função económica, uma das características mais importantes da cidade medieval, pois não são apenas os edifícios que marcam a topografia, mas sobretudo as praças e os mercados, as ruas dos artesãos e dos mercadores, os moinhos urbanos ou suburbanos, e, naturalmente, o porto. Em terceiro lugar, a função política. Em Lisboa rapidamente, e sobretudo a partir de D. Afonso III, a figura do rei impõe-se. O rei é o senhor da cidade de Lisboa. Na alcáçova impõe-se o Paço régio, dominando a cidade.

- 60 Fig. 14 Planta de Lisboa (séc. XIV)



61 Conclusão

- 62 Lisboa é, no fundo, uma 'cidade reunida', na expressão de Yves Barel ou uma 'cidade unificada', como prefere Jacques Le Goff (1992, p. 16). Uma cidade múltipla, policêntrica, com inúmeros pontos de referência, que se foi sobrepondo no interior das muralhas,

quando não da mesma muralha que, unida no século IV e reunida no século X, viria a separar-se ao longo dos séculos XI a XIV, para voltar a unir-se, em 1373-75, no interior da 'cerca nova'. As suas muralhas contribuíram certamente para a aquisição da consciência da identidade da cidade como uma unidade, sem qualquer exigência de evocação dos seus constituintes. Assim se explica que os documentos mencionem, apenas o nome 'Lisboa', ou a expressão 'cidade de Lisboa', como um todo, distinguindo-a do termo. Lisboa, centro de consumo, a cidade-porto intermediária internacional desde a segunda década do século XIV, a partir da vinda de Manuel Pessanha para Portugal.

- 63 Mas se a identidade de Lisboa se forjou no interior das suas muralhas, teve certamente o contributo do rio Tejo, que ditaria, como vimos, o seu próprio nome, elemento supremo da sua identidade.
- 64 São notórias, portanto, as características da cidade medieval em Lisboa, que se sobreporia à matriz urbana fundacional romana. O castelo senhorial, as igrejas e o mercado. Estes dois últimos elementos surgindo, por vezes, associados. Até meados do século XIII, estão intimamente ligados na cidade de Lisboa, encontrando-se a zona comercial e ativa próximo da Sé. Depois a função comercial propende a procurar a baixa e o porto, tendência que se afirma a partir do primeiro quartel do século XIV, quando Lisboa se começa a abrir aos mercadores estrangeiros, afirmando-se enquanto entreposto comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge. «O teatro romano de Lisboa». In: *Actas del Simposio El Teatro en la Hispania Romana*, Badajoz, 1982. p. 287-302.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín. «Lucio Cornelio Boco: turdetano de Salacia e autor da Idade da Prata da literatura latina». In: *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. 18, p. 407-552.
- BERMEJO BARRERA, J. «Los caballos y los vientos: Un mito lusitano antiguo». *Mitología y mitos de la Hispania Romana*. Madrid: Akal, 1982. p. 99-100.
- BIRG, Manuela - «Santa Maria Maior (igreja de)». In: SANTANA, Francisco ; SUCENA, Eduardo (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados - Consultores, 1994.
- CARDOSO, João Luís ; GUERRA, Amílcar ; FABIÃO, Carlos. «Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo» = «On Roman mining in Portuguese Estremadura and Upper Alentejo». *Lucius Cornelius Bocchus: escritor lusitano na Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa Academia Portuguesa da História ; Madrid: Real Academia de la Historia, 2011.
- CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. 2.^a ed. rev. e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal
- FABIÃO, Carlos. «o monumento romano da rua da Prata». *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: MNA, 1994.
- FARELO, Mário Sérgio da Silva. *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa.

- FERNANDES, R. M. Rosado. «Ulisses e Lisboa». *Euphrosyne*. s.s., 13, 1985, p. 139-161.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. «Aurifer Tagus». *Zephyrus*. Salamanca: Universidad, 1970/71. p. 245-249.
- GEGETTI, M. Zoologia e antropologia in Plínio. p. 117-118.
- GÓIS, Damião ; AMARAL Ilídio do (introd.) ; NASCIMENTO, Aires A. (apresent., ed. crítica, trad. e coment.). *Vrbis Olisiponis Descriptio = Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- GOMES, Alberto. *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade: Hispano-Romanas*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 1998.
- GUERRA, Amílcar. *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri, 1995.
- GUERRA, Amílcar ; BIOL, Maria Luísa ; QUARESMA, José Carlos. «Para o enquadramento do sítio de Povos: um estabelecimento romano no curso inferior do Tejo». In: *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção: Exposição*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, 2000.
- HÜBER, E. *Notícias Archeologicas de Portugal*. 1871.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MACHADO, Inácio Barbosa. *História Panegírica do Magnífico Aqueduto das Águas Livres*.
- MANTAS, Vasco Gil. *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: ed. policopiada, 1993.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (ed.). *Chancelaria de D. Afonso IV: 1325-1336*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- MARQUES, João Martins da Silva. *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História: 1147-1460*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944. vol. 1.
- MENEZES, José de Vasconcelos e. *Tercenas de Lisboa I*. Lisboa: Revista Municipal. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.ª série, n.º 16, 2.º Sem. 1986. p. 8.
- MOITA, Irisalva. «Das origens pré-históricas ao domínio romano. O domínio romano». In: MOITA, Irisalva, (coord.). *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- NASCIMENTO, Aires A. (ed., trad. e notas). *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa: Vega Editora, 2001.
- NASCIMENTO, Aires A. «Os epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros – títulos de nobilitação». In: VENTURA, António (org.). *Presença de Victor Jabouille*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.
- NETO, João Angelo Oliva (trad., int. e notas). *O Livro de Catulo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 86.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor.D. Dinis. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- RODRIGUES, Adriano Vasco. «O teatro romano de Felicitas Julia (Lisboa)». suplemento de *Ingenium* (Revista da Ordem dos Engenheiros), dezembro de 1987.
- SILVA, Augusto Vieira da. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. 1.
- SILVA, Carlos Guardado da. *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2010.

SILVA, Carlos Guardado. «Lisboa nas narrativas estrangeiras do século XII». In: Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa (no prelo).

SILVA, Augusto Vieira da. A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

NOTAS

1. Também AVALON – *En Lixboa, sobre lo mar* [em linha]. Disponível no endereço da URL em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0HVUBo3zw8I>> [consult. em 14 de Set. de 2016].
2. Agradecemos a César Figueiredo a cedência generosa das imagens 3D relativas a *Olisipo* para o presente artigo, elaboradas para o documentário *Fundeadoiro romano de Olisipo*, realizado por Raul Losada.
3. A este propósito veja-se SILVA, Carlos Guardado da – «Em busca das origens do nome *Olisipo*». In: *Lisboa Medieval : a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.ª ed. Lisboa : Colibri, 2010. p. 35-37.
4. Trata, muito provavelmente, do *oppidum* pré-romano, povoado fortificado que remonta ao século V a.C., com uma ocupação romana dos séculos II/I a.C. Séc. II / I a.C. Estrabão refere-a, a partir de fontes de Políbio, onde *Iunius Brutus* estabeleceu, em 138 a.C. um acampamento militar para apoio a *Scallabis*.
5. O estádio era uma medida de correspondia a aproximadamente 177 metros.
6. Cidade tradicionalmente identificada com Chões de Alpompé, Vale Figueira, junto a Santarém.
7. Trad. de Espírito Santo, Arnaldo. Cf. GUERRA, Amílcar ; BIOL, Maria Luísa ; QUARESMA, José Carlos – «Para o enquadramento do sítio de Povos : um estabelecimento romano no curso inferior do Tejo». In: *Senhor da Boa Morte : mitos, história e devoção : Exposição*. Vila Franca de Xira : Câmara Municipal, 2000. p. 31.
8. O *conventus* foi essencialmente uma circunscrição judicial, criada com o objetivo de facilitar a administração da justiça, nas causas delegadas pelo governador provincial ou pelos *legati iuridici*. A província da Lusitânia foi repartida por três *conventi* com as suas respetivas capitais: *Pax Iulia* (Beja), *Scallabis* (Santarém) e *Emerita Augusta* (Mérida).
9. Localização de Lisboa que servira a Urbano IV de argumento para autorizar o bispo de Lisboa, D. Mateus (1258-1282), a não se apresentar em Roma para a visita *ad limina*. Cf. FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa: 1325-1433*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade de Lisboa. p. 2.
10. Distinto do ‘mar da palha’. O seu nome parece dever-se aos resíduos vegetais arrastados pelas águas do rio e empurrados pelo vento, desde as lezírias Riba Tejo até este mar interior.
11. Fazendo corresponder *L. Cornelius L. f. Bocchus* com o mais recente dos três membros identificados, seguindo a proposta de ALMAGRO-GORBEA, Martín – «Lucio Cornelio Boco: turdetano de Salacia e autor da Idade da Prata da literatura latina». In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, p. 407-552.
12. PLIN. 4,113 e 116; 8, 166.
13. PLIN. 4, 117.
14. Termo latino que significa ‘coisas admiráveis ou maravilhas’, do verbo *mirare* (‘mirar’, ‘olhar’), querendo designar os aspetos admiráveis, maravilhosos insertos nas obras de autores da época clássica e medieval.
15. Verona, nascido entre 87 e 84 a.C e morto entre 57 e 54 a.C.
16. SILVA, Carlos Guardado – «Lisboa nas narrativas estrangeiras do século XII». In: Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa (no prelo).

17. Zéfiro, vento brando do oeste, próspero.
18. «Com o corpo coberto por escamas, mesmo na parte em que têm figura humana». (PLIN, 9,9).
19. GEGETTI, M. – Zoologia e antropologia in Plínio. p. 117-118.
20. Cidade que se situava numa região montanhosa da Turdetânia, na província de Granada, onde existia um templo dedicado a Atena, onde, segundo autores antigos, estavam expostos os escudos e esporões dos navios que Ulisses ali depositara.
21. No século XVI, ainda a água brotava quente numa fonte junto do Chafariz d’El Rei, referida por Damião de Góis, na sua *Urbis Olisiponis Descriptio*. Cf. GÓIS, Damião ; AMARAL Ilídio do, introd. ; NASCIMENTO, Aires A., apresent., ed. crítica, trad. e coment. – *Vrbis Olisiponis Descriptio = Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
22. Referido na *Historia Compostellana* e no relato do cruzado R[ao].
23. *CIL* II 191.
24. Informação recolhida em linha, no endereço da URL, em <http://www.museudelisboa.pt/equipamentos/teatro-romano/> (consult. em 18.09.2016).
25. *CIL* II 183.
26. *CIL* II 191.
27. *CIL* II 175; Vasco Gil Mantas, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, ed. policopiada, 1993, particularmente p. 577-578.
28. Cf. MACHADO, Inácio Barbosa - *História Panegírica do Magnífico Aqueduto das Águas Livres*. nota 57.
29. ANTT - *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. maço 3, n.º 18, 1148 Abril; Pub. in *A Conquista de Lisboa aos Mouros: Relato de um Cruzado*. ed. trad. e notas de Aires Augusto Nascimento. Lisboa: Vega, 2000. p. 202-205.
30. Mais informação disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/MuralhadeDDinis/Paginas/inicio.aspx> [Conconsult. em 19.09.2016].
31. Um documento do cartório do mosteiro de Chelas refere a existência de dinheiro, recolhido através do lançamento de uma finta lançada aos moradores de onze freguesias da cidade - Santa Maria Madalena, São Martinho, São Jorge, São Mamede, São Cristóvão, São Julião, São João [da Praça], Santa Maria Maior, São Lourenço, São Nicolau e Santa Justa - que *sacaverunt pro ad muros Ulixbone construendos*.
32. No sítio da atual igreja de São Julião, sede do Banco de Portugal, onde recentemente se encontrou um troço da muralha que integrará o futuro Museu daquela instituição.
33. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 2, fl. 81v-82, 1294 Junho 4.
34. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 2, fl. 99v., 1295 Abril 12.
35. ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*. Liv. 3, fl. 28/1, 1331 Março 8; pub. MARQUES, António Henrique de Oliveira, ed. - *Chancelaria de D. Afonso IV : 1325-1336*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, Vol. 1 doc. 238, p. 259-260.
36. ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*. Liv. 3, fl. 8/1 e 2, 1326 Setembro 2.
37. ANTT - *Chancelaria de D. Pedro*. Liv. 1, fl. 48, 1361.
38. ANTT - *Chancelaria de D. Pedro*. Doc. 948, fl. 440.
39. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 4, fl. 96/1 e 2, 1323 Agosto 28.
40. *Habet dominus rex XIII taracenas cum XII galeis apud ripariam*. ANTT - Livro dos Bens dos Proprios dos Reis e das Rainhas. fl. 18v.
41. *Livro dos Bens dos Proprios dos Reis e das Rainhas*. fl. 18v., 1299; ANTT - *Colecção Especial*, cx. 86, 1282 Abril 5 ; Apud SILVA, Augusto Vieira da - *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.ª ed. Lisboa : Câmara Municipal, 1987. vol. 1, p. 10. MENEZES, José de Vasconcelos e - *Tercenas de Lisboa I*.

Lisboa : *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 1986. Ano 47, 2.^a série, n.º 16, 2.^o Sem. 1986. p. 8.

RESUMOS

O presente estudo, de natureza qualitativa e suportado em pesquisa documental, analisa a evolução e a estruturação do espaço urbano de Lisboa, desde as origens até ao século XIV, na sua relação estreita com o rio Tejo, então designado de mar junto da cidade.

O estudo parte da fundação do sítio de Lisboa, no século VIII a.C., de matriz orientalizante, de que o próprio topónimo de origem fenícia é identitário, seguindo-se a urbe romanizada (*Olisipo*) que, entre 19 e 13 a.C., recebeu do imperador romano Augusto o estatuto de *municipium civium Romanorum* (Município de cidadãos Romanos), tomada pelos árabes, ainda que o maior contingente fosse berbere, por volta de 714.

Em 1147, foi objeto de reconquista pelas tropas de Afonso Henriques, tornando-se, a partir de meados do século XIII, a capital do reino. Doravante a cidade cresceu política, económica e geograficamente, sempre numa relação estreita com o rio e o mar (que aqui é também o rio), a que se deve a sua importância, dada a sua localização estratégica, onde já no período islâmico se faziam embarcações para navegação no mar alto, com uma atividade marítima contínua e dinâmica, destacando-se a navegação e as atividades ligadas ao mar, a base do desenvolvimento da urbe que ajuda a explicar o crescimento demográfico da região. O estudo termina com a análise dos edifícios do poder – religioso, económico e político – tão estruturantes quanto os elementos geográficos, com destaque para o rio Tejo, na organização do espaço urbano.

La présente étude, de nature qualitative et en s'appuyant sur la recherche documentaire, analyse l'évolution et la structuration de l'espace urbain de Lisbonne dès les origines jusqu'au 14^e siècle, et le lien étroit que la ville établit avec le fleuve Tage, autrefois désigné de «mer proche de la ville».

Le point de départ de notre étude est le site de Lisbonne au 8^e siècle av. J.-C., de matrice orientaliste, dont le toponyme d'origine phénicienne est la marque identitaire. A cette période se suit celle de l'urbe romanisée (*Olisipo*), qui reçoit de l'empereur romain Auguste, entre 19 et 13 av. J.-C., le statut de *municipium civium Romanorum* (municipalité de citoyens romains). La ville est prise par les Arabes aux environs de 714, bien que le contingent le plus nombreux soit composé de troupes berbères.

En 1147, Lisbonne fut reconquise par les troupes d'Afonso Henriques (Afonso I); elle devient la capitale du royaume dès le milieu du 13^e siècle. Dorénavant, le développement politique, économique et géographique de Lisbonne se fait en étroite liaison avec le fleuve et la mer (celle-ci ne commence qu'en aval de Lisbonne, la ville étant encore bordée par le Tage), lui devant son importance stratégique. Déjà auparavant, pendant la période islamique, on y construisait des embarcations pour la navigation en haute mer, et une activité maritime s'y est déployée de façon continue et dynamique, en particulier la navigation et les activités liées à la mer, base du développement de l'urbe. Cette relation privilégiée au fleuve et à la mer permet de mieux comprendre l'accroissement démographique de la région. L'étude se termine par l'analyse des édifices du pouvoir - religieux, économique et politique - qui s'avèrent être aussi structurants dans l'organisation de l'espace urbain que les éléments géographiques, le Tage en particulier.

This qualitative study, based on documentary research, analyzes the evolution and the structuring of the urban space of Lisbon, from its origins until the 14th century, in its close relationship with the river Tagus, at the time designated by a sea near the city.

The study stems from the founding of the site of Lisbon, in the 8th century BC, with an Orientalizing matrix, an identity expressed by the Phoenician origin of this place-name, followed by the Romanized city (*Olisipo*) that, between 19 and 13 BC, received from the emperor Roman Augustus the status of *municipium civium Romanorum* (Municipality of the Roman citizens), conquered by the Arabs, although the greater contingent was Berber, around 714.

In 1147, it was reconquered by the troops of the Portuguese King Afonso I, becoming, after the middle of the 13th century, the capital of the kingdom. Hereafter, the city grew politically, economically and geographically, always in close relation with the river and the sea (which, in this case is also the river), which supported its importance, given its strategic location. This importance dates back to the Islamic period, when maid vessels for navigation on the high seas were built, in a continuous and dynamic maritime activity, specially navigation and other activities related to the sea that were the basis of the development of the city that helps explaining the demographic growth of the region. The study ends with the analysis of the buildings of power - religious, economic and political - as structural as the geographical elements, especially the Tagus river, in the organization of the urban space.

ÍNDICE

Mots-clés: ville, fleuve, ville romaine, ville médiévale, Portugal, Lisbonne, Tage

Palavras-chave: cidade, rio, cidade romana, cidade medieval, Portugal, Lisboa, Tejo

Índice geográfico: Lisboa

Keywords: city, river, Roman city, medieval city, Portugal, Lisbon, Tagus river

AUTOR

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, (Centro de Estudos Clássicos), Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal, carlosguardado@campus.ul.pt